



Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ/CE
Concurso Público para o Provimento de Vagas de
Auditor-Fiscal da Fazenda Estadual 1ª Classe
Área de Conhecimento – Gestão Fazendária

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

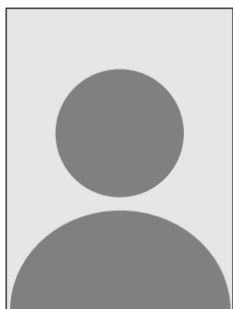
Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-004

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA
CONHECIMENTOS GERAIS



INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase abaixo, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Charles-Louis de Secondat, conhecido como Montesquieu, foi um político, filósofo e escritor francês.

- Verifique se este caderno contém 80 questões numeradas de 1 a 80. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-textos, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 5, baseie-se no texto a seguir.

A intimidade no desamparo

Sofremos de um excesso de conectividade na mesma medida em que carecemos de intimidade. Nas redes sociais, é quase impossível encontrar o que há de mais verdadeiro em nós. Seguimos cumprindo a jornada ininterrupta das mídias sociais, expondo o máximo para revelar o mínimo. Quando algo de nós aparece na performance, trata-se de um deslize, seguido de cancelamento, pedido de desculpas ou negação.

Ao reclamar das redes sociais e do desnordeio que elas nos provocam, corre-se o risco de fazer supor que a intimidade é fácil e garantida fora delas. Nunca é nem será: mal somos íntimos de nós mesmos, que dirá dos outros. Um dos aforismos de Jacques Lacan, tão repetido que caberia num para-choque de caminhão, diz que “amar é dar o que não se tem a alguém que não o quer”. Se há algo entre nós mais próximo da verdade, é nosso desamparo estrutural. Então damos nossa falta a quem não pediu e recebemos de volta o reconhecimento de que o outro se vê igualmente perplexo diante da vida. Intimidade não é saber tudo sobre o outro: seria impossível e, se possível, insuportável.

Nossa origem é sempre incerta, não sabemos o que fazer com o espólio dos pais, entrevemos nosso fim e nunca teremos a última palavra sobre quem somos. Desamparados pelo corpo, pela linguagem, pela imagem de si, só nos resta compartilhar com o outro essa mesma condição. Paradoxalmente, é daí que vem algum consolo. Algo pelo qual vale a pena brindar. Intimidade é a possibilidade de compartilharmos desamparos sem supor que o outro nos salvará.

(Adaptado de: IACONELLI, Vera. **Folha de S. Paulo**, 05/05/2026)

1. *Paradoxalmente, é daí que vem algum consolo.* (3º parágrafo)

O **paradoxo** a que se refere a frase acima constitui-se na relação armada, no texto, entre os termos

- (A) *desamparados e compartilharmos.*
- (B) *intimidade e espólio.*
- (C) *linguagem e corpo.*
- (D) *imagem e condição.*
- (E) *compartilhar e possibilidade.*

2. Ao analisar a relação existente entre a conectividade das redes sociais e a intimidade pessoal, a autora conclui que

- (A) a conectividade digital é a responsável pelo fortalecimento da nossa identidade mais profunda e consequente.
- (B) como não podemos divisar nossa intimidade plena, resta o consolo de virmos a nos reconhecer nessa carência comum.
- (C) a falta dessa conectividade é a responsável pela impossibilidade de cada um expor e compartilhar sua intimidade.
- (D) o excesso dessa conectividade provoca a convicção de que estamos nos poupando da exposição de real intimidade.
- (E) a nossa verdadeira intimidade tem emergido cada vez mais por conta de nossa frequente atuação nas redes sociais.

3. No contexto, o sentido da frase de Jacques Lacan encontra uma justificativa sintética na seguinte expressão:

- (A) *compartilhar com o outro* (3º parágrafo)
- (B) *vale a pena brindar* (3º parágrafo)
- (C) *um excesso de conectividade* (1º parágrafo)
- (D) *nosso desamparo estrutural* (2º parágrafo)
- (E) *o espólio dos pais* (3º parágrafo)

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *igualmente perplexo diante da vida* (2º parágrafo) = assim mesmo atônito ao viver.
- (B) *possibilidade de compartilharmos desamparos* (3º parágrafo) = eventualidade de eliminarmos o que nos falta.
- (C) *na mesma medida em que carecemos* (1º parágrafo) = à proporção do que necessitamos.
- (D) *desnordeio que elas nos provocam* (2º parágrafo) = confusão nossa de que elas derivam.
- (E) *corre-se o risco de fazer supor* (2º parágrafo) = sujeita-se ao perigo de levar a admitir.



5. No período *Nunca é nem será: mal somos íntimos de nós mesmos, que dirá dos outros* (2º parágrafo), os dois elementos sublinhados podem ser adequadamente substituídos, sem prejuízo para a correção e o sentido, por, respectivamente,
- (A) se tanto somos – quanto mais dos outros
 - (B) fôssemos somente – que diria dos outros
 - (C) ainda que sejamos – quanto serão os outros
 - (D) quase não somos – muito menos dos outros
 - (E) mesmo que fôssemos – como seria com os outros

Atenção: Para responder às questões de números 6 a 10, baseie-se no texto a seguir.

Infância e eternidade

A criança sobrevive no adulto: a maturidade do homem significa reaver a seriedade que se tinha quando criança ao brincar. Assim como o presente ensombrecido favorece a idealização do passado, as perdas e agruras da idade adulta não raro levam a uma visão mistificada da infância.

O filósofo e educador português Agostinho da Silva foi capaz de retratar a natureza e o valor da disposição lúdica e onírica da infância: “Aquilo que distingue realmente uma criança de todo o resto que é vivo no universo é a capacidade enorme de sua absorção no jogo, na sua seriedade ao brincar. Uma capacidade enorme de imaginar que as coisas efetivamente estão surgindo como que ao toque mágico de uma vara de fada e de fazer que perante isso o tempo não exista. Aquela historieta que se conta do monge da Idade Média que esteve trezentos anos ouvindo um rouxinol cantar e teve por aí a ideia do que deve ser a eternidade, esse milagre do monge medieval é repetido pela criança todos os dias quando ela brinca”.

Na arte, na ciência e na aventura da vida, a criatividade humana bebe nessa fonte: o presente absoluto visto como o dom de alçar-se à eternidade... brincando! O filósofo Heráclito já lembrava que “o tempo é uma criança movendo as contas de um jogo; o régio poder é da criança.”

(Adaptado de: GIANNETTI, Eduardo. **Imortalidades**. São Paulo, Companhia das Letras, 2025, p. 114-115)

6. Indica-se uma possível e adequada substituição do segmento sublinhado em:
- (A) a *criatividade humana bebe nessa fonte* (3º parágrafo) = vale-se por essa
 - (B) o dom de *alçar-se à eternidade* (3º parágrafo) = sobrepor-se na
 - (C) *reaver a seriedade que se tinha* (1º parágrafo) = com que se contava
 - (D) *Agostinho da Silva foi capaz de retratar a natureza* (2º parágrafo) = habilitou-se por
 - (E) *Aquela historieta que se conta* (2º parágrafo) = cuja é narrada
7. Segundo o texto, as crianças brincam
- (A) quando um presente feito de sombras exige delas uma derivação rápida.
 - (B) para afetar a seriedade de que precisam para justificar sua imaginação.
 - (C) porque já estão obedecendo estímulos lúdicos que as orientarão na fase adulta.
 - (D) com uma absorção tão séria que o prazer onírico chega a ser eliminado.
 - (E) deixando ver a rigorosa concentração que a criatividade lúdica exige.
8. A frase de Heráclito, ao final do texto, reforça uma convicção já expressa neste segmento:
- (A) *dom de alçar-se à eternidade... brincando!* (3º parágrafo)
 - (B) *a criatividade humana bebe nessa fonte* (3º parágrafo)
 - (C) *o presente ensombrecido favorece a idealização do passado* (1º parágrafo)
 - (D) *perdas e agruras da idade adulta* (1º parágrafo)
 - (E) *aquela historieta que se conta do monge da Idade Média* (2º parágrafo)
9. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Pode resultar do golpe de uma varinha de condão os prazeres da imaginação infantil.
 - (B) Não cabem aos adultos ignorar a seriedade efetiva com que brincam as crianças.
 - (C) Não se atribuem às crianças a incapacidade de jogar com as modalidades do tempo.
 - (D) Predomina nas artes, na ciência e na vida a faculdade criativa que anima as crianças.
 - (E) No decorrerem dos trezentos anos, o monge medieval dispôs-se a ouvir um rouxinol.
10. [...] *a maturidade do homem significa reaver a seriedade que se tinha quando criança ao brincar.*
Reconstruindo-se o período acima, sua correção e seu sentido estarão preservados nesta nova redação:
- (A) ao brincar com a seriedade que tinha em criança o homem a recupera tão logo atinja a maturidade.
 - (B) a seriedade que tinha ao brincar quando criança o homem poderá recobrar ao atingir sua maturidade.
 - (C) ao brincar, quando criança, a maturidade do homem se dará como recuperação da seriedade.
 - (D) a seriedade onde se tinha ao brincar quando criança, significará a maturidade do homem.
 - (E) ser maduro, enquanto homem, semelha rever a seriedade de quando criança assim brincava.

**Matemática Financeira/Estatística e Raciocínio Lógico**

11. A cantina de uma repartição pública entrevistou um grupo de usuários e perguntou sobre seu prato preferido dentre pizza, pasta, risoto e verdura. O resultado encontra-se na tabela a seguir.

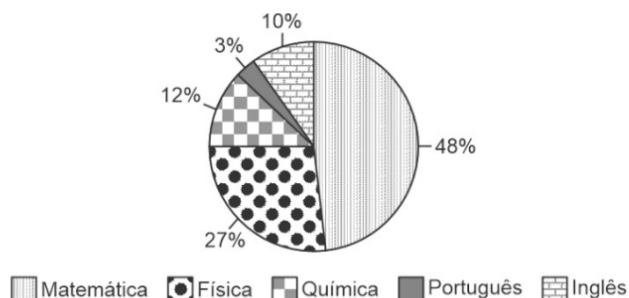
Prato Preferido	Número de usuários
Pizza	?
Pasta	79
Risoto	43
Verdura	12

Apesar de a tabela não ter sido preenchida completamente, o gerente lembrou que 5% dos entrevistados preferem verdura.

O número de usuários que indicaram Pizza como seu prato preferido foi

- (A) 86
(B) 96
(C) 16
(D) 46
(E) 106
12. Manuel aplicou um capital, a juros simples de 1,0% ao mês, que gerou um montante de R\$ 11.842,00 após 24 meses. O valor do capital aplicado, em reais, foi de
- (A) 9.450,00
(B) 9.655,00
(C) 9.550,00
(D) 10.550,00
(E) 8.950,00
13. Uma pessoa deve pagar R\$ 5.000,00 daqui a 3 meses e R\$ 12.000,00 daqui a 6 meses. Ela decide pagar tudo daqui a 4 meses. Considerando a taxa de juros simples de 2% ao mês, o valor a ser pago daqui a 4 meses está entre
- (A) R\$ 16.550,00 e R\$ 16.850,00
(B) R\$ 16.900,00 e R\$ 17.000,00
(C) R\$ 15.500,00 e R\$ 15.800,00
(D) R\$ 15.900,00 e R\$ 16.100,00
(E) R\$ 16.200,00 e R\$ 16.500,00
14. Com um grupo de 1000 estudantes do Ensino Médio, foi feita uma pesquisa para saber o tópico em que eles apresentavam maior dificuldade. O resultado encontra-se no gráfico de setores.

Conteúdo com maior dificuldade



Dentre os estudantes com dificuldade em Matemática e Física, 60% são meninas. O número de meninas com dificuldades em Matemática e Física é

- (A) 750
(B) 450
(C) 600
(D) 588
(E) 288



15. Um Auditor-Fiscal da Receita Federal está utilizando um modelo de regressão linear simples para estimar a Receita Bruta de Vendas (Y) esperada de uma empresa varejista com base no seu Custo das Mercadorias Vendidas – CMV (X). A análise dos últimos 24 meses apresentou os seguintes resultados:
- Equação de Regressão: $\hat{Y} = R\$ 25.000,00 + 1,4 X$
 - Coeficiente de Determinação $R^2 = 0,92$
 - Erro Padrão da Estimativa: R\$ 10.000,00
- Durante o período de auditoria atual, o contribuinte declarou um CMV de R\$ 50.000,00 e uma Receita Bruta de Vendas de R\$ 105.000,00. Com base no modelo de regressão, pode-se afirmar que:
- (A) Como as vendas declaradas estão dentro de dois erros padrão da estimativa, o auditor deve aceitar o valor sem realizar testes adicionais.
 - (B) O coeficiente de correlação de Pearson para este modelo é de aproximadamente 0,85, o que indica uma relação linear fraca entre o CMV e a Receita Bruta.
 - (C) O modelo não é confiável, pois $R^2 = 0,92$ é muito alto, indicando uma possível manipulação de dados.
 - (D) A receita esperada para o período era de R\$ 95.000,00 e a receita declarada de R\$ 105.000,00 pode indicar um *outlier* (ponto fora da curva) que requer investigação adicional.
 - (E) O coeficiente de 1,4 indica que, para cada R\$ 1,00 de aumento nas vendas, o custo das mercadorias vendidas aumenta em R\$ 1,40.
-
16. Um consórcio de infraestrutura contratou 80 empresas para realizar diferentes etapas de uma obra. No primeiro contrato, 60 dessas empresas recebem uma taxa fixa de 30 mil reais por dia e as demais empresas recebem 20 mil reais por dia. Se esse contrato for renegociado de modo que o primeiro grupo passe a receber 23 mil reais por dia e o segundo passe a receber 21 mil reais por dia, o custo diário
- (A) tem uma variação entre 15% e 17%.
 - (B) não se altera.
 - (C) diminui em menos de 10%.
 - (D) diminui em mais de 20%.
 - (E) tem uma variação entre 17% e 19%.
-
17. Uma equipe de 10 vendedores fechou, em média, 3,6 contratos por semana no último semestre. Após a fusão com outra empresa de 20 vendedores, a média geral de contratos da nova equipe subiu para 5 por semana. Supondo que a produtividade de cada equipe se manteve, a média de contratos fechados exclusivamente pelo grupo dos 20 vendedores que se juntaram à equipe após a fusão é
- (A) 7,5
 - (B) 6,0
 - (C) 6,7
 - (D) 5,7
 - (E) 7,0
-
18. Sete processos de auditoria devem ser distribuídos entre três auditores: André, Bruno e Carlos. O auditor André deve ficar com 3 processos, Bruno com 2 e Carlos com 2. O número de maneiras distintas de realizar essa distribuição é
- (A) 105
 - (B) 210
 - (C) 35
 - (D) 140
 - (E) 70
-
19. O número de novos processos que chegam a uma vara judicial durante o plantão judiciário segue uma Distribuição de Poisson com média de 10 processos por turno. Estudos históricos do tribunal indicam que a probabilidade de um processo ser classificado como 'Urgente' (exigindo decisão imediata) é de 20%, independentemente dos demais. Em um turno escolhido ao acaso, a probabilidade de que cheguem exatamente três processos, sendo dois desses urgentes é
- (A) $10^3 e^{-10}/3!$
 - (B) $10^3 e^{-10}/2!$
 - (C) $160 e^{-10}$
 - (D) 96×10^{-3}
 - (E) $16 \times e^{-10}$

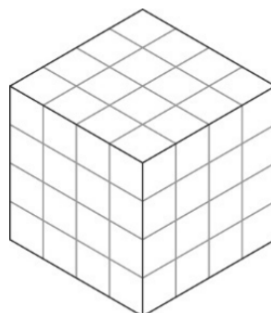


20. Uma fábrica de *software* afirma que o tempo médio de resposta de um sistema é de, no máximo, 2 segundos. Um auditor decide testar essa afirmação usando uma amostra de 50 requisições e estabelece um nível de significância de $\alpha = 0,05$.

Considerando um teste de hipóteses, pode-se afirmar que:

- (A) O Erro Tipo II consiste em rejeitar a hipótese nula quando ela é, de fato, verdadeira.
- (B) O Erro Tipo I ocorreria se o auditor concluísse que o sistema é lento (tempo médio maior do que 2 s), quando na verdade o sistema opera dentro do tempo prometido (tempo médio menor ou igual a 2 s).
- (C) A hipótese nula deve ser definida como o tempo médio de resposta sendo maior do que 2 segundos.
- (D) Se o p-valor calculado for igual a 0,03, o auditor deve não rejeitar a hipótese nula, concluindo que o sistema atende à afirmação da fábrica.
- (E) O aumento do nível de significância de 0,05 para 0,10 diminui a probabilidade de se cometer o Erro tipo I.

21. Um cubo grande foi construído com 64 cubinhos, como mostra a figura.



Se 4 faces do cubo grande são pintadas de azul, no máximo, os cubinhos que terão três faces pintadas de azul serão

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 2
- (D) 1
- (E) 0

22. Rafaela e Simone devem fazer 48 auditorias ao todo. Rafaela repassou metade de suas auditorias para Simone e Simone repassou 12 auditorias para Rafaela. Ao final das trocas Rafaela ficou com o dobro de auditorias que Simone. Inicialmente, a quantidade de auditorias que Simone tinha era

- (A) 12
- (B) 10
- (C) 6
- (D) 8
- (E) 14

Administração e Governança Pública

23. Suponha que a Secretaria da Fazenda tenha recebido requerimento baseado na Lei de Acesso à Informação (LAI), solicitando cópia integral dos relatórios produzidos por empresa privada contratada para monitorar os indicadores de desempenho estabelecidos em determinado contrato administrativo celebrado pela Pasta. Trata-se de solicitação apócrifa, sem qualquer identificação do requerente. De acordo com a disciplina estabelecida pela LAI,

- (A) o requerimento deverá ser indeferido, independentemente de haver ou não identificação do solicitante, eis que a LAI somente alcança documentos produzidos diretamente por órgãos públicos.
- (B) informações produzidas por particulares em razão de vínculo com o Poder Público estão sujeitas ao acesso previsto na LAI, porém a identificação do requerente é condição para o atendimento da solicitação.
- (C) o acesso às informações depende de autorização expressa da empresa contratada na condição de titular das informações primárias, sendo a Administração, neste caso, mera destinatária.
- (D) o atendimento da solicitação depende da natureza jurídica do contrato, sendo certo que o mesmo poderá conter cláusula que dispense a contratante e o contratado da observância das disposições da LAI.
- (E) a solicitação poderá ser negada, a critério da autoridade competente, por razões de conveniência e oportunidade, não sendo lícito, contudo, condicionar seu fornecimento à identificação do requerente.



24. A denominada Reforma do Aparelho do Estado, implementada em meados dos anos 1990, sob a condução do então Ministro Bresser-Pereira, adotou o conceito de “publicização”, predicando
- (A) a privatização em massa de serviços públicos, mantendo-se sob a exploração direta do Estado apenas aqueles não passíveis de cobrança de tarifas dos usuários.
 - (B) a gestão por entidades do denominado terceiro setor, considerado público não-estatal, de determinados serviços públicos não exclusivos de Estado, tais como saúde e educação.
 - (C) a celebração de contratos de concessão com empresas privadas para gestão de infraestruturas públicas, como hospitais e centros culturais.
 - (D) a reestatização de atividades estratégicas anteriormente transferidas à exploração da iniciativa privada, como portos e extração de recursos minerais.
 - (E) que a intervenção estatal direta no domínio econômico deveria se restringir a atividades do denominado núcleo estratégico, afetas à segurança nacional.
-
25. A literatura especializada frequentemente relaciona o orçamento participativo à produção de valor público na medida em que tal modalidade
- (A) substitui o planejamento estratégico pelo controle social nos processos de alocação, execução e contingenciamento de recursos.
 - (B) elimina restrições orçamentárias a partir da ampliação das fontes de financiamento de ações públicas.
 - (C) pressupõe o consenso entre Poder Executivo e Legislativo no processo de aprovação da Lei Orçamentária.
 - (D) elimina os conflitos distributivos entre os diferentes setores do Poder Executivo a partir de uma alocação proporcional.
 - (E) busca ampliar a incorporação das preferências sociais no processo de alocação de recursos públicos.
-
26. A utilização da Curva ABC na gestão pública de suprimentos e logística, notadamente no controle de estoques, fundamenta-se na premissa de que
- (A) a criticidade operacional é diretamente proporcional ao valor monetário do item, sendo que os de menor valor dispensam monitoramento.
 - (B) uma parcela relativamente reduzida dos itens tende a concentrar parcela expressiva do valor econômico movimentado.
 - (C) o custo de controle deve ser uniforme entre todas as classes de materiais, independentemente da sua classificação pela lógica de Pareto.
 - (D) a relevância gerencial de um item é proporcional à sua quantidade física em estoque, sendo mais eficiente trabalhar com giro de estoque elevado.
 - (E) todos os itens devem receber o mesmo grau de monitoramento para evitar interrupção do serviço público.
-
27. Pedro, servidor público responsável pela gestão de contratos administrativos na Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, passou a utilizar informações obtidas em razão do cargo para orientar empresa pertencente a familiar sobre futuras contratações públicas ainda não divulgadas oficialmente. Instaurado procedimento perante a Comissão Setorial de Ética, o servidor alegou que não houve dano ao erário nem prática de infração disciplinar tipificada, razão pela qual o procedimento deveria ser arquivado. De acordo com a disciplina legal e normativa aplicável, o entendimento de Pedro se mostra
- (A) potencialmente correta, porém apenas o Poder Judiciário pode determinar o arquivamento de procedimento regularmente instaurado.
 - (B) incorreta, eis que há independência entre a instância ética e disciplinar, sendo certo, porém, que eventual sanção ética pode ser automaticamente convalidada em sanção disciplinar.
 - (C) incorreto, eis que a conduta pode caracterizar violação ética independentemente da demonstração de dano patrimonial ou caracterização como infração disciplinar.
 - (D) correto, eis que a inexistência de subsunção da conduta à tipificação como infração disciplinar afasta, de plano, a responsabilização ética.
 - (E) correto, eis que somente haverá responsabilização ética se demonstrado prejuízo financeiro ao erário ou enriquecimento ilícito do servidor.
-
28. Acerca da relação entre a Controladoria Geral do Estado (CGE) e os demais órgãos integrantes do Sistema de Correição do Estado do Ceará, verifica-se que a CGE
- (A) exerce competência jurisdicional, podendo aplicar medidas de cunho sancionador, enquanto os demais órgãos integrantes do Sistema de Correição atuam na etapa instrutória.
 - (B) atua, com o apoio da Procuradoria Geral do Estado, como instância recursal em todos os procedimentos correicionais e disciplinares instaurados e julgados pelos órgãos integrantes do Sistema de Correição.
 - (C) exerce hierarquia administrativa plena sobre os demais órgãos integrantes do Sistema de Correição, vedada a instauração direta de procedimentos de competência originária dos demais órgãos.
 - (D) exerce supervisão técnica das atividades correicionais para, entre outros aspectos, garantir que as apurações correicionais sejam efetuadas dentro de prazo razoável de duração.
 - (E) substitui as autoridades competentes para a instauração de procedimentos correicionais quando constatada omissão injustificada, sendo vedado, contudo, avocar procedimentos em curso.



29. No que concerne ao conceito contemporâneo de *accountability* aplicado na governança da Administração Pública, tem-se que
- (A) caracteriza uma relação institucional na qual um ator deve explicar e justificar sua conduta perante outro ator, sujeito à possibilidade de consequências decorrentes dessa avaliação.
 - (B) resume-se ao controle exercido pelo Poder Legislativo sobre o Poder Executivo em um sistema de freios e contrapesos.
 - (C) representa a dimensão dos deveres administrativos do agente público, sendo sinônimo de responsabilidade disciplinar.
 - (D) restringe-se ao dever jurídico de prestar contas aos órgãos de controle, quando denominada *accountability* vertical.
 - (E) consiste na obrigação de divulgar informações sobre a gestão pública, não se confundindo com prestação de contas quanto aos resultados alcançados.
-
30. Entre as formas de gestão de serviços públicos, supervisão e contratualização de resultados, o instituto do contrato de gestão, tal como previsto na Constituição Federal,
- (A) foi instituído para permitir a atuação ampla das Agências Reguladoras, tendo por escopo a delimitação dos poderes fiscalizatórios e normativos delegados a tais autarquias de regime especial.
 - (B) permite a qualificação das denominadas organizações da sociedade civil como entidades integrantes da Administração Indireta, estabelecendo plano de ação com objetivos claros e resultados mensuráveis.
 - (C) propicia a ampliação da autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, mediante a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
 - (D) assegura o mandato dos dirigentes das empresas estatais, desde que atingidos os resultados financeiros fixados para o período de gestão contratualizado.
 - (E) aplica-se exclusivamente às denominadas Agências Executivas, constituídas sob a forma de autarquias ou fundações, tendo por objetivo estabelecer as diretrizes de política pública a que se submetem.
-
31. Em uma entidade que adote sistema de gestão de riscos baseado no Modelo das Três Linhas, desenvolvido pelo *Institute of Internal Auditors*, tem-se que
- (A) à primeira linha compete a identificação e mapeamento dos riscos, à segunda o seu monitoramento e à terceira a adoção das medidas de mitigação.
 - (B) a terceira linha possui responsabilidade operacional sobre riscos estratégicos, conforme definidos pela alta direção da entidade.
 - (C) a primeira linha avalia os controles internos e a segunda, responsável pelo *compliance*, assegura a eficácia e efetividade do gerenciamento.
 - (D) a terceira linha, correspondente à auditoria independente, é a denominada “dona dos riscos” possuindo precedência em relação às funções gerenciais.
 - (E) a segunda linha atua na supervisão e suporte à gestão, enquanto a terceira linha fornece avaliação independente.
-
32. A aplicação da Teoria da Agência à Administração Pública exige adaptações em relação ao modelo clássico desenvolvido para sociedades empresárias, notadamente porque
- (A) a multiplicidade de principais dificulta a identificação unívoca dos interesses que devem orientar a atuação dos agentes.
 - (B) a presença de órgãos de controle afasta o risco de moral *hazard* e o desalinhamento potencial entre principal e agente em termos de assunção de riscos.
 - (C) o regime jurídico-administrativo reduz a assimetria de informação e afasta a necessidade de monitoramento do principal em face do agente.
 - (D) a inexistência de propriedade privada elimina a possibilidade de relações de agência no setor público.
 - (E) a prevalência do princípio da supremacia do interesse público elimina conflitos de interesses entre principal e agente.



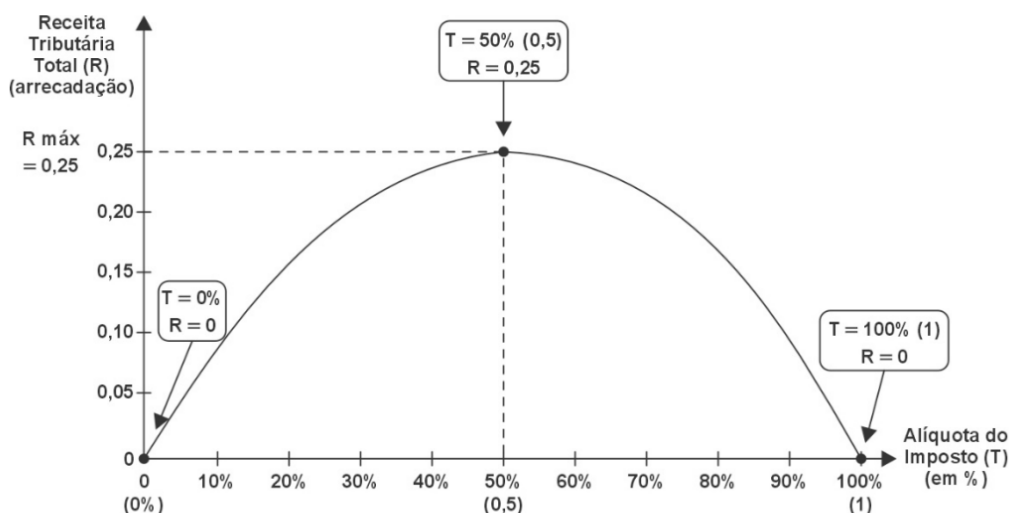
Economia

33. Considere um mercado competitivo de um bem X, onde as funções de oferta (Q_S) e demanda (Q_D) são descritas pelas seguintes equações:
- $$Q_S = 2P$$
- $$Q_D = 300 - P$$
- O governo decide instituir um imposto T de 30 unidades monetárias por unidade vendida, a ser pago pelos compradores. O valor do Peso Morto gerado por esse tributo é, em unidades monetárias:
- (A) 300
(B) 600
(C) 900
(D) 150
(E) 450
-
34. Uma empresa observa que, ao reduzir o preço de seu produto de R\$ 100,00 para R\$ 80,00, a quantidade mensal demandada saltou de 400 para 600 unidades.
- Utilizando o método do ponto médio (ou elasticidade-arco) para o cálculo, o coeficiente de elasticidade-preço da procura (E_{PP}) e o impacto na Receita Total (RT) são, respectivamente:
- (A) $E_{PP} = 2,25$; a procura é elástica e a Receita Total diminui.
(B) $E_{PP} = 0,55$; a procura é inelástica e a Receita Total aumenta.
(C) $E_{PP} = 0,44$; a procura é inelástica e a Receita Total diminui.
(D) $E_{PP} = 1,80$; a procura é elástica e a Receita Total aumenta.
(E) $E_{PP} = 1,00$; a procura tem elasticidade unitária e a Receita Total permanece constante.
-
35. Considere o gráfico de curto prazo de uma firma operando em uma estrutura de Monopólio, com curvas de Demanda (D), Receita Marginal (RMg), Custo Marginal (CMg) e Custo Total Médio (CTMe), abaixo representadas.
-
- Demanda --- RMg — CMg — CTMe
Receita Marginal Custo Marginal Custo Total Médio
- Com base na teoria neoclássica sobre a estrutura monopolista e no gráfico apresentado, sabe-se que:
- (A) no equilíbrio de curto prazo, o monopolista opera necessariamente na porção inelástica da curva de procura.
(B) a firma operaria com lucro nulo se a curva de Custo Marginal fosse perfeitamente horizontal e igual ao preço.
(C) a firma maximiza lucros produzindo no ponto onde $P = CMg$, atingindo a eficiência alocativa.
(D) o monopolista escolherá o preço no ponto onde a curva de Receita Marginal cruza o eixo das quantidades.
(E) a firma obtém lucro econômico positivo, pois, no nível de produção onde $RMg = CMg$, o preço de mercado é superior ao Custo Total Médio.
-
36. Suponha que em 2024 o PIB nominal de um país foi de R\$ 5 trilhões e o PIB real (ano-base 2020) foi de R\$ 4 trilhões. O valor do Deflator do PIB em 2024 é
- (A) 150%
(B) 100%
(C) 80%
(D) 200%
(E) 125%



37. Na análise da curva IS, o equilíbrio no mercado de bens ocorre quando
- (A) o gasto do governo é igual às exportações líquidas.
 - (B) a poupança é igual ao investimento.
 - (C) o investimento é maior que a poupança.
 - (D) o consumo é igual ao investimento.
 - (E) a taxa de juros é igual ao nível de preços.
38. A incidência de um imposto depende das condições de mercado, portanto,
- (A) a incidência tributária é determinada pela legislação, isto é, se a lei diz que a empresa paga o imposto, o salário dos trabalhadores não pode ser afetado.
 - (B) quanto mais elástica for a oferta de um bem em relação à demanda, maior será a parcela do imposto paga pelo produtor.
 - (C) em um mercado de concorrência perfeita, o ônus do imposto recai inteiramente sobre o consumidor, pois as firmas são "tomadoras de preço".
 - (D) se a demanda por um dado bem for perfeitamente inelástica, o consumidor arcará com todo o ônus de um imposto sobre vendas.
 - (E) no monopólio, o produtor sempre consegue repassar o valor integral de um imposto específico para o preço final, mantendo sua margem de lucro inalterada.

39. O gráfico a seguir representa a relação entre a Alíquota de um Imposto (T) e a Receita Tributária Total (R), conhecida como Curva de Laffer:



Considerando a teoria da Curva de Laffer e os debates sobre política fiscal e eficiência tributária, tem-se que:

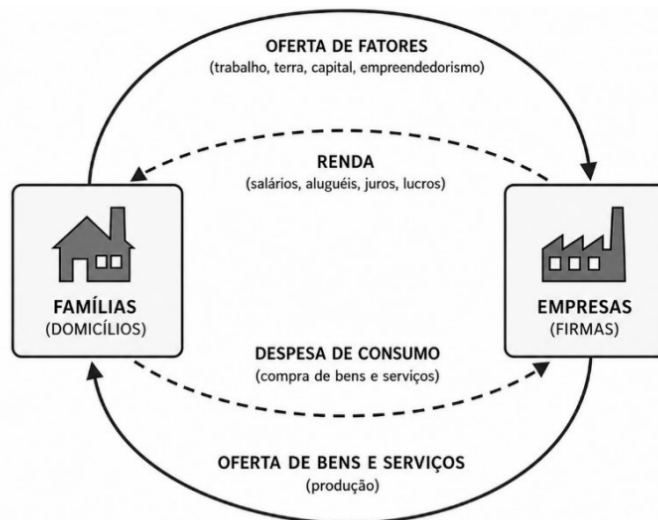
- (A) segundo a Regra de Ramsey, o governo deve sempre buscar o ponto de maior arrecadação para garantir a equidade horizontal.
 - (B) a arrecadação é nula com uma alíquota de 100% porque os consumidores aumentam seu excedente ao máximo nesse ponto.
 - (C) no ponto mais alto da curva, onde a alíquota do imposto é de 50%, o Peso Morto da tributação é zero, pois a arrecadação é máxima.
 - (D) se o governo estiver operando na área próxima à alíquota de 100%, uma redução na alíquota do imposto resultará em um aumento da receita tributária e uma redução do peso morto.
 - (E) o formato de "U invertido" ocorre porque a oferta de trabalho é perfeitamente inelástica em relação ao salário real.
40. A Regra de Ramsey é um pilar da teoria da tributação ótima. Sobre as implicações dessa regra para a política tributária e a eficiência econômica, é correto afirmar que:
- (A) a Regra de Ramsey prioriza a equidade vertical em detrimento da eficiência de Pareto.
 - (B) bens com muitos substitutos próximos devem ter alíquotas maiores para forçar a migração do consumo para bens essenciais.
 - (C) as alíquotas devem ser definidas de modo que a redução percentual na quantidade demandada de cada bem seja a mesma para todos os produtos tributados.
 - (D) o governo deve tributar mais pesadamente os bens que possuem alta elasticidade-preço da demanda, para não afetar o consumo dos mais pobres.
 - (E) para minimizar o peso morto total, o governo deve tributar todos os bens com a mesma alíquota (alíquota uniforme).



41. Suponha que o café em grãos e o chá preto sejam considerados bens substitutos pelos consumidores. Simultaneamente, ocorre uma geada severa que destrói grande parte das plantações de café (choque de oferta), enquanto um estudo científico amplamente divulgado comprova benefícios inéditos do consumo de chá preto para a longevidade desencadeando um choque de procura.

Nesse caso, o efeito esperado no equilíbrio do mercado de chá, com tudo mais constante, será

- (A) o deslocamento da curva de oferta de chá para a esquerda, elevando o preço.
- (B) a queda na quantidade de equilíbrio do chá, pois os consumidores reduzirão o consumo de cafeína total.
- (C) o aumento inequívoco na quantidade de equilíbrio e no preço de equilíbrio do chá.
- (D) a diminuição no preço de equilíbrio do chá devido à queda na procura por café.
- (E) o aumento no preço de equilíbrio do chá, mas o efeito sobre a quantidade de equilíbrio será ambíguo.
42. Considere o Diagrama do Fluxo Circular da Renda representado graficamente a seguir, que simplifica as interações em uma economia de mercado sem governo e sem relações com o resto do mundo:



Com base nesse modelo e nas identidades da contabilidade nacional, tem-se que:

- (A) o PIB pode ser mensurado tanto pela soma dos gastos das famílias no mercado de bens e serviços quanto pela soma da renda total paga pelas empresas no mercado de fatores.
- (B) o PIB mede exclusivamente o valor dos bens intermediários produzidos, para evitar a omissão de etapas do processo produtivo.
- (C) no mercado de fatores de produção, as empresas são as proprietárias e vendedoras, enquanto as famílias atuam como compradoras.
- (D) em uma economia real, a identidade entre renda e despesa é rompida pela existência de impostos e poupança, tornando o PIB pela ótica da renda sempre superior ao PIB pela ótica da despesa.
- (E) o fluxo real representa o movimento de dinheiro das empresas para as famílias na forma de salários e o fluxo monetário representa o movimento de bens e serviços.

Direito Constitucional, Administrativo, Civil e Penal

43. Adamastor é filho de alemães e nasceu no Brasil enquanto seus pais, que vivem e trabalham como vendedores de frutas na Alemanha, aqui passeavam a turismo. Já sua irmã bilateral, Miriam, nasceu na Alemanha. Os dois irmãos sonham em morar e estudar Direito no Brasil e se tornarem, um dia, Ministros do Supremo Tribunal Federal. De acordo com a Constituição Federal de 1988, com base apenas nas informações fornecidas, nessas situações,
- (A) apenas Adamastor é brasileiro nato, porém ambos podem vir a exercer o cargo desejado por eles.
- (B) apenas Adamastor é brasileiro nato e somente ele poderá vir a exercer o cargo desejado.
- (C) nenhum dos dois é brasileiro nato, mas poderão exercer o cargo desejado por eles se vierem a se naturalizar brasileiros.
- (D) nenhum dos dois é brasileiro nato e, por essa razão, não poderão vir a exercer o cargo desejado por eles.
- (E) apenas Adamastor é brasileiro nato, podendo vir a exercer o cargo desejado. Miriam somente poderá exercer o cargo desejado se vier a se naturalizar brasileira.



44. A associação brasileira de entidades "X", constituída de direito, praticou ato lesivo à administração pública estrangeira, atentando contra patrimônio público estrangeiro e contra princípios da administração pública, oferecendo, indiretamente, vantagem indevida a terceira pessoa relacionada a agente público. Com relação ao acordo de leniência, com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com a Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, a autoridade máxima de cada órgão ou entidade pública
- (A) não poderá celebrar acordo de leniência com a associação de entidades "X", pois o mesmo somente é possível quando o ato lesivo praticado atente contra o patrimônio público nacional.
 - (B) não poderá celebrar acordo de leniência com a associação de entidades "X", pois o mesmo somente é possível quando o oferecimento mencionado de vantagem indevida seja a agente público e não a terceira pessoa a ele relacionada.
 - (C) poderá celebrar, preenchidos os requisitos para tanto, acordo de leniência com a associação de entidades "X" se ela colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, sendo que dessa colaboração resulte a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber; e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.
 - (D) poderá celebrar, preenchidos os requisitos para tanto, acordo de leniência com a associação de entidades "X" se ela colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, bastando que dessa colaboração resulte apenas a identificação dos demais envolvidos na infração, quando couber.
 - (E) poderá celebrar, preenchidos os requisitos para tanto, acordo de leniência com a associação de entidades "X" se ela colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, bastando que dessa colaboração resulte apenas a obtenção de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração.

45. Considere:

- I. Aloísio, brasileiro nato, tem 61 anos de idade e é advogado aposentado.
- II. Martin, brasileiro nato, tem 16 anos de idade e cursa o ensino médio.
- III. Adalgisa, brasileira naturalizada, tem 30 anos de idade e é engenheira.
- IV. Branca, francesa, reside no Brasil há cinco anos, tem 40 anos de idade e é analfabeta.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, nessas situações, considerando apenas as informações fornecidas, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios APENAS para

- (A) Adalgisa e Branca, sendo facultativos para Martin e Aloísio.
- (B) Adalgisa e Branca, sendo facultativos para Aloísio e proibidos para Martin.
- (C) Aloísio, sendo facultativos para Martin e Branca e proibidos para Adalgisa.
- (D) Aloísio, sendo facultativos para Martin e proibidos para Adalgisa e Branca.
- (E) Aloísio e Adalgisa, sendo facultativos para Martin e proibidos para Branca.

46. De acordo com a Constituição Federal de 1988, admitida a acusação, contra o Presidente da República, por prática de crime de responsabilidade,

- (A) por dois terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal e, se decorrido o prazo de noventa dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente da República e o processo será arquivado.
- (B) por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente da República, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- (C) por dois terços do Congresso Nacional, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, não ficando suspenso de suas funções durante o seu mandato, em razão da proibição constitucional de responsabilizar o Presidente da República durante o exercício de seu cargo eletivo.
- (D) por três quintos do Congresso Nacional, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente da República, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.
- (E) por três quintos da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal, ficando suspenso de suas funções após a instauração do processo pelo Senado Federal e, se decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o afastamento do Presidente da República e o processo será arquivado.



47. Considere:

- I. Isabelle, 35 anos de idade, por causa permanente, não pode exprimir a sua vontade.
- II. Aline, 20 anos de idade, é viciada em tóxico.
- III. Maria, 17 anos de idade, casou-se hoje pela manhã com Daniel.

Nessas situações, com base apenas nas informações fornecidas, em conformidade com o Código Civil, é(são) incapaz(es), relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:

- (A) Isabelle, Aline e Maria.
- (B) Isabelle e Aline, apenas.
- (C) Aline, apenas.
- (D) Aline e Maria, apenas.
- (E) Isabelle e Maria, apenas.

48. A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação. Com relação ao agente de contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

- (A) é vedada a contratação de serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação que envolva bens ou serviços especiais, cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração.
- (B) as regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata mencionada Lei serão estabelecidas em regulamento, não devendo ser nele prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nessa Lei.
- (C) o agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, ainda que induzido a erro pela atuação da equipe.
- (D) o agente de contratação é pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública.
- (E) é vedada a substituição do agente de contratação por comissão de contratação em licitação que envolva bens ou serviços especiais.

49. Com relação às parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, considere:

- I. É vedada a celebração de parcerias que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.
- II. Não poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, despesas como a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.
- III. Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria, diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija.

Em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

50. Em conformidade com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,

- (A) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- (B) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior.
- (C) as correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova.
- (D) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 45 dias depois de oficialmente publicada.
- (E) ainda que haja nova publicação de seu texto antes de entrar a lei em vigor, destinada a correção, o prazo de 45 dias para que ela passe a vigorar em todo o país começará a correr da primeira publicação.



51. De acordo com a Lei nº 9.296/1996, a interceptação de comunicações telefônicas, de qualquer natureza, para prova em investigação criminal e em instrução processual penal, observará o quanto nela disposto e dependerá de ordem do juiz competente da ação principal, sob sigilo de justiça, sendo que:
- (A) deferido o pedido de interceptação de comunicação telefônica, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização.
 - (B) para a instrução criminal, será admitida a captação ambiental de sinais eletromagnéticos somente se houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a dois anos.
 - (C) será admitida a interceptação de comunicações telefônicas na hipótese de o fato investigado constituir infração penal punida com qualquer pena privativa de liberdade.
 - (D) o pedido de interceptação de comunicação telefônica obrigatoriamente deverá ser feito por escrito, não podendo o juiz admitir pedido formulado verbalmente, por expressa vedação legal.
 - (E) a interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento exclusivamente do Ministério Público, na investigação criminal.
52. Com relação aos contratos em geral, considere:
- I. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
 - II. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
 - III. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- Em conformidade com o Código Civil, está correto o que se afirma em
- (A) I e III, apenas.
 - (B) I, II e III.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) I e III, apenas.
53. Suponha que Tício e Caio, funcionários de um restaurante, durante uma discussão com Mévio, cliente do estabelecimento, e sem qualquer contexto de brincadeira, recreação ou descontração, passaram a ofendê-lo. Agindo em conjunto e com o objetivo de discriminar Mévio, injuriaram-no, ofendendo-lhe a dignidade em razão de sua procedência nacional. Nessa situação, considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Lei nº 7.716/1989, Tício e Caio
- (A) serão punidos por crime resultante de discriminação em razão de procedência nacional, cuja pena prevista é a de detenção, de três a cinco anos, sendo que, no caso apresentado, a pena será aumentada de metade.
 - (B) serão punidos por crime resultante de discriminação em razão de procedência nacional, cuja pena prevista é a de detenção, de dois a cinco anos, não havendo aumento de pena no caso apresentado.
 - (C) serão punidos por crime resultante de discriminação em razão de procedência nacional, cuja pena prevista é a de reclusão, de dois a cinco anos, e multa, não havendo aumento de pena no caso apresentado.
 - (D) não praticaram nenhum crime previsto nessa lei, pois a conduta deles não resulta de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião.
 - (E) serão punidos por crime resultante de discriminação em razão de procedência nacional, cuja pena prevista é a de reclusão, de dois a cinco anos, e multa, sendo que, no caso apresentado, a pena será aumentada de metade.
54. De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade,
- (A) é sujeito ativo do crime de abuso de autoridade agente público da administração direta, limitando-se a: membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público.
 - (B) um dos efeitos automáticos da condenação pela prática do crime de abuso de autoridade é a perda do cargo, do mandato ou da função pública, não estando, esse efeito, sujeito a qualquer condição.
 - (C) a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas é uma das penas privativas de direitos previstas na referida lei, sendo vedada a sua aplicação cumulada com qualquer outra pena restritiva de direitos.
 - (D) os crimes nela previstos são de ação penal pública incondicionada, sendo admitida ação privada se a ação penal pública não for intentada no prazo legal.
 - (E) não se reputa agente público, para efeitos da referida lei, aquele que exerce, transitoriamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função em órgão da administração indireta.

**Direito Financeiro**

55. Segundo a Constituição Federal, o processo de aprovação da proposta orçamentária no âmbito federal deve seguir as seguintes etapas:
- (A) O Senado Federal, no uso de sua competência privativa e por meio de ato de sua Mesa, envia à Comissão de Constituição e Justiça o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias até 30 de abril e o projeto da Lei Orçamentária Anual até 31 de agosto; após sua aprovação pela Comissão, seguem para a Câmara dos Deputados, sendo necessária a maioria qualificada dos votos para sua aprovação; o texto final aprovado é encaminhado ao Presidente da República para sanção ou veto, parcial ou integral, dos dispositivos ali presentes.
 - (B) O Presidente da República, no uso de sua competência privativa, envia ao Congresso Nacional o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias até 15 de abril e o projeto da Lei Orçamentária Anual até 31 de agosto, sendo avaliados inicialmente por Comissão Mista de Senadores e Deputados; após sua aprovação pela Comissão, seguem para o plenário do Congresso Nacional, sendo necessária a maioria simples dos votos para sua aprovação; o texto final aprovado retorna ao Presidente da República para sanção ou veto, parcial ou integral, dos dispositivos ali presentes.
 - (C) O Presidente da República, ou a casa legislativa por ele delegada, envia ao Congresso Nacional o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias até 30 de abril e o projeto da Lei Orçamentária Anual até 15 de agosto, sendo avaliados inicialmente por Comissão Mista de Senadores e Deputados; após sua aprovação pela Comissão, seguem para o plenário do Congresso Nacional, sendo necessária a maioria simples dos votos para sua aprovação; apenas no caso de iniciativa da casa legislativa delegada, o texto final aprovado retorna ao Presidente da República para sanção ou veto, parcial ou integral, dos dispositivos ali presentes.
 - (D) O Presidente da República, no uso de sua competência privativa, envia à Câmara dos Deputados o projeto da Lei Orçamentária Anual até 15 de abril e o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias até 31 de agosto; após sua aprovação pela Câmara, por maioria simples dos votos, seguem para apreciação do Senado Federal, sendo necessária a maioria absoluta dos votos para sua aprovação; o texto final aprovado retorna ao Presidente da República para sanção ou veto integral dos dispositivos ali presentes.
 - (E) O Congresso Nacional, no uso de sua competência privativa e por meio de ato conjunto das Mesas das duas casas legislativas, envia ao Ministério do Planejamento e Orçamento o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias até 15 de abril e o projeto da Lei Orçamentária Anual até 31 de agosto; após sua aprovação pelo Ministério, seguem para o plenário do Congresso Nacional, sendo necessária a maioria absoluta dos votos para sua aprovação; o texto final aprovado é encaminhado ao Presidente da República para sanção ou veto, parcial ou integral, dos dispositivos ali presentes.
56. Considera-se o orçamento estruturado pela Constituição Federal um dos principais instrumentos de planejamento e de gestão do Estado, constituído por regramento específico e materializado nas leis previstas no texto constitucional. Neste contexto, segundo a Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal:
- (A) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias deve ser elaborado de forma compatível com o plano plurianual e com a lei orçamentária anual, aprovados anteriormente.
 - (B) O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do último exercício financeiro do atual mandato presidencial, será encaminhado em até quatro meses do início do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.
 - (C) O plano plurianual estabelecerá, de forma globalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, exceto as relativas aos programas de duração continuada.
 - (D) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública e disporá sobre as alterações na legislação tributária e sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, bem como sobre critérios e forma de limitação de empenho.
 - (E) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, exceto fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
57. A Constituição Federal traz premissas a serem observadas na elaboração e execução das leis orçamentárias, usualmente reconhecidas como princípios orçamentários. Dentre as opções abaixo, considera-se princípio orçamentário apenas o Princípio da
- (A) Exclusividade, pelo qual a lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
 - (B) Não Vinculação da Receita de Impostos, pelo qual é vedada a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas, entre outras, a repartição de 25% do produto da arrecadação do ICMS do Estado aos Municípios, a destinação de recursos para serviços públicos de saúde, para o desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária.
 - (C) Independência dos Poderes, pelo qual cada Poder detém a competência para elaborar, aprovar e executar seus próprios orçamentos anuais, nos limites determinados pelo Ministério do Planejamento e Orçamento.
 - (D) Universalidade, pelo qual o orçamento deve prever todas as receitas e despesas da União, incluindo os valores de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, mas excluindo o orçamento da seguridade social, a ser tratado em instrumento normativo específico.
 - (E) Anualidade, pelo qual a lei orçamentária deve ser elaborada para o período de um ano, denominado exercício financeiro, com exceção do Plano Plurianual, que possui vigência para um período de cinco anos.



58. Segundo a Lei de Finanças Públicas (Lei nº 4.320/1964):

- (A) Salvo determinação da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço não será transferido para o exercício seguinte, como crédito do mesmo fundo.
- (B) A dívida flutuante compreende os restos a pagar, cujo registro deve ser feito por exercício e por credor, distinguindo-se as despesas processadas das não processadas.
- (C) Consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, bem como os empenhos que correm à conta de créditos com vigência plurianual, não liquidados, sendo estes computados como restos a pagar desde o primeiro ano de vigência do crédito.
- (D) As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las e que não se tenham processado na época própria, poderão ser pagas à conta de dotação específica separada do orçamento, obedecida, sempre que possível, a ordem crescente dos valores a serem pagos.
- (E) Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que, por lei ou decreto, se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, devendo sua norma instituidora determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem, de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

59. No tocante às emendas parlamentares ao orçamento, segundo a Constituição Federal, as

- (A) emendas individuais impositivas poderão alocar recursos a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de transferência especial ou transferência com finalidade definida, sendo vedada, em qualquer caso, a aplicação dos recursos destas emendas no pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais relativas a ativos e inativos, e com pensionistas, bem como de encargos referentes ao serviço da dívida.
- (B) programações orçamentárias relativas às emendas individuais e de bancada aprovadas serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica, caso haja manifestação prévia favorável da Comissão de Constituição e Justiça de ambas as casas do Congresso.
- (C) emendas ao projeto de lei do orçamento anual somente podem ser aprovadas caso sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa de qualquer natureza, ou sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.
- (D) emendas individuais serão aprovadas no limite de 2% da receita corrente líquida do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, observado que a metade desse percentual será destinada obrigatoriamente a ações e serviços públicos de saúde e de educação.
- (E) emendas de iniciativa de bancada de parlamentares de Estado ou do Distrito Federal serão aprovadas no limite de até 1% da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, observado que, deste limite, 0,45% serão destinados obrigatoriamente a ações relativas à segurança pública.

60. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a lei de diretrizes orçamentárias

- (A) disporá sobre critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada caso se verifique, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais.
- (B) conterá demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas não obrigatórias de caráter eventual.
- (C) conterá Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas bimestrais relativas aos resultados nominal e primário e montante da dívida pública, entre outras, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes (no caso da União), bem como avaliação do cumprimento das metas relativas aos dois anos anteriores.
- (D) conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.
- (E) não poderá dispor sobre a exclusão de despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social, excetuando-se as despesas relativas a emendas parlamentares de execução obrigatória e destinadas aos serviços de saúde ou educação.

61. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000):

- (A) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo, exceto de medida provisória, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (B) A nível estadual, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder 50% de sua receita corrente líquida, não sendo computadas neste percentual as despesas com inativos e pensionistas.
- (C) É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não institua ou não arrecade as contribuições e taxas de sua competência constitucional.
- (D) A destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, aplicando-se inclusive às instituições financeiras e ao Banco Central do Brasil, no exercício de suas atribuições precípua.
- (E) A concessão de benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois exercícios subsequentes e, se acompanhada de medidas de compensação, só entrará em vigor quando estas forem implementadas.



62. A Constituição Federal, em seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), traz regras e limites de desvinculação de receitas de Estados e Municípios. Segundo o ADCT:
- (A) Excetuam-se da desvinculação de receitas de Estados e Municípios os recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino, definidos na Constituição Federal.
 - (B) Excetuam-se da desvinculação de receitas de Estados e Municípios as transferências obrigatórias e voluntárias oriundas da União com destinação especificada em decreto-legislativo.
 - (C) A cada exercício financeiro, até 31 de dezembro de 2032, poderão ser utilizados, prioritariamente para o financiamento de políticas públicas locais de saúde, educação e adaptação às mudanças climáticas, os superávits financeiros, verificados nos dois exercícios financeiros imediatamente anteriores, dos fundos públicos instituídos pelo Poder Executivo municipal.
 - (D) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, de 2026 a 2032, 30% das receitas dos Municípios relativas a impostos, contribuições, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até 31 de dezembro de 2026, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.
 - (E) São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2032, 50% das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Contabilidade Geral e Pública

63. A tabela a seguir apresenta as informações sobre os processos a que uma empresa respondia em 2024 e 2025. Estão disponíveis os valores contabilizados em 2024 e as informações referentes aos vários processos quanto à probabilidade de perda e os valores prováveis. Os valores estão expressos em reais.

Processo	31/12/2024	31/12/2025	
	Provisão reconhecida no Balanço Patrimonial	Probabilidade de perda considerada	Valor reestimado da perda esperada
A	7.500.000	Provável	6.000.000
B	–	Provável	3.600.000
C	–	Possível	2.400.000
D	4.500.000	Possível	2.700.000

O impacto líquido reconhecido no resultado de 2025 e o saldo apresentado no Balanço Patrimonial de 31/12/2025 da empresa foram, respectivamente, com os valores expressos em reais:

- (A) Resultado positivo de 900.000 e um saldo de 11.100.000.
 - (B) Resultado negativo de 900.000 e um saldo de 11.100.000.
 - (C) Resultado negativo de 3.600.000 e um saldo de 15.600.000.
 - (D) Resultado positivo de 2.400.000 e um saldo de 9.600.000.
 - (E) Resultado positivo de 4.500.000 e um saldo de 9.600.000.
64. Uma empresa atua no ramo de compra e venda de mercadorias. A empresa adquiriu um lote de mercadorias para revenda no dia 01/12/2024 e pagou os seguintes valores para dispor do estoque:
- R\$ 4.041.000 para o fornecedor das mercadorias.
 - R\$ 120.000 para a transportadora que levou as mercadorias até sua loja.

Estão incluídos nesses valores pagos os seguintes tributos:

- Tributos recuperáveis no valor total de R\$ 552.000.
- Tributos não recuperáveis no valor total de R\$ 384.000.

Em 20/12/2024, a empresa vendeu 80% das mercadorias pelo valor de R\$ 9.720.000, sendo que os impostos sobre a venda correspondem a 10% sobre o valor da venda e a empresa pagou R\$ 168.000 para uma transportadora fazer a entrega das mercadorias vendidas para os clientes.

Considerando apenas a compra e venda das mercadorias citadas, o lucro bruto apurado pela empresa foi, em reais,

- (A) 6.000.000
 - (B) 7.140.000
 - (C) 6.168.000
 - (D) 6.832.800
 - (E) 5.860.800
65. Uma máquina foi adquirida por uma empresa no dia 30/11/2020 e começou a ser utilizada na produção no dia 02/01/2021. O preço pago à vista pela aquisição foi R\$ 15.300.000, a empresa definiu a vida útil da máquina em 20 anos e o valor residual estimado para sua venda no final do prazo de vida útil foi R\$ 900.000. No final do ano de 2021, a empresa revisou sua política de uso da máquina e redefiniu a vida útil remanescente para 15 anos. O novo valor residual estimado para a máquina no final do novo prazo remanescente foi R\$ 1.080.000.

Se a empresa adota o método das cotas constantes para cálculo da despesa de depreciação e não houve necessidade de redução ao valor recuperável até a data do balanço, o valor contábil do equipamento evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2023 da empresa foi, em reais,

- (A) 12.600.000
- (B) 12.780.000
- (C) 13.167.000
- (D) 13.140.000
- (E) 12.456.000



66. Um Auditor Fiscal de um Estado, lotado em uma função de assessoria, foi designado para analisar a Lei Orçamentária Anual (LOA) do citado Estado, relativa ao exercício de 2026. Nessa análise, o Auditor Fiscal identificou as seguintes situações:

- I. A LOA continha dispositivo que reestruturava a carreira dos servidores estaduais, criando novos cargos efetivos e fixando seus respectivos vencimentos.
- II. A receita proveniente de determinado imposto foi consignada na peça orçamentária pelo seu valor líquido, já abatidas as parcelas correspondentes às restituições estimadas e às transferências obrigatórias devidas a outros entes.

Com base na teoria dos princípios orçamentários, as situações acima especificadas

- (A) desrespeitam princípios orçamentários, mais especificamente os da exclusividade e do orçamento bruto.
- (B) se adequam aos princípios orçamentários, mais especificamente os da transparência e da não-vinculação da receita de impostos.
- (C) se adequam aos princípios orçamentários, mais especificamente os da anualidade e da publicidade.
- (D) se adequam aos princípios orçamentários, mais especificamente os da unidade e da universalidade.
- (E) desrespeitam princípios orçamentários, mais especificamente os da legalidade e da não-vinculação da receita de impostos.

67. O Balanço Patrimonial de uma empresa em 31/12/2024 apresentava, no grupo do Ativo não circulante, um ativo intangível registrado pelo saldo contábil de R\$ 6.912.000, composto dos seguintes valores que estão expressos em reais:

Custo de aquisição	8.000.000
(-) Amortização acumulada	(800.000)
(-) Perda por desvalorização (<i>impairment</i>)	(288.000)
(=) Saldo contábil em 31/12/2024	6.912.000

O ativo intangível tinha uma vida útil original definida em 20 anos e o prazo remanescente em 31/12/2024 era 18 anos. A empresa realizou, em 31/12/2025, o teste de redução ao valor recuperável (teste de *impairment*) para o ativo intangível utilizando os seguintes valores expressos em reais:

▪ Valor em uso	6.560.000
▪ Valor justo líquido de despesas de venda	6.240.000

A empresa deveria reconhecer na Demonstração do Resultado de 2025, despesa de amortização no valor de

- (A) R\$ 384.000 e uma receita de reversão do *impairment* no valor de R\$ 32.000.
- (B) R\$ 384.000, apenas.
- (C) R\$ 400.000, apenas.
- (D) R\$ 400.000 e uma despesa de perda por desvalorização (*impairment*) no valor de R\$ 272.000.
- (E) R\$ 384.000 e uma receita de reversão do *impairment* no valor de R\$ 288.000.

68. O Balanço Patrimonial da empresa *Brinquedos para Educar S.A.*, em 31/12/2024, apresentava a seguinte composição para o grupo do Patrimônio líquido, com os valores expressos em reais:

Capital Social	16.800.000
Reserva Legal	420.000
Reserva Estatutária	<u>1.680.000</u>
Total do Patrimônio Líquido	18.900.000

O lucro líquido apurado pela empresa *Brinquedos para Educar S.A.* em 2025 foi de R\$ 10.080.000 e sua destinação foi a seguinte:

- Reserva Legal, constituída de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
- Reserva Estatutária no valor correspondente a 10% do Lucro Líquido.

O estatuto da empresa estabelece que o dividendo mínimo obrigatório corresponde a 10% do Lucro Líquido deduzido do valor da Reserva Legal constituída no período.

Sabendo que em 2025 não houve aumento de Capital nem distribuição de dividendos extraordinários, o valor dos dividendos que deveria ser apresentado no passivo e o valor total do Patrimônio Líquido, ambos no Balanço Patrimonial de 31/12/2025, eram, respectivamente, em reais:

- (A) 1.008.000 e 27.468.000
- (B) 856.800 e 28.123.200
- (C) 957.600 e 28.022.400
- (D) 1.008.000 e 27.972.000
- (E) 957.600 e 27.518.400



69. Um Auditor Fiscal, em diligência junto à Secretaria da Fazenda de um Estado, foi designado para verificar a correção dos registros contábeis decorrentes da amortização de uma operação de crédito interna contraída pelo Governo.

Ao examinar a contabilização da etapa de empenho, verificou que, de forma correta, foram efetuados lançamentos a

- (A) Débito na conta 6.2.2.1.1.xx.xx – Crédito Disponível e a Crédito na conta 8.2.1.1.2.xx.xx – DDR Comprometida por Empenho.
- (B) Débito na conta 8.2.1.1.3.xx.xx – DDR Comprometida por Liquidação e Entradas Compensatórias e a Crédito na conta 8.2.1.1.4.xx.xx – DDR Utilizada.
- (C) Débito na conta 2.1.2.x.x.xx.xx – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (P) e a Crédito na conta 2.1.2.x.x.xx.xx – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (F).
- (D) Débito na conta 6.2.2.1.3.02.xx – Crédito Empenhado em Liquidação e a Crédito na conta 6.2.2.1.3.03.xx – Crédito Empenhado Liquidado a Pagar.
- (E) Débito na conta 2.1.2.x.x.xx.xx – Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo (F) e a Crédito na conta 1.1.1.1.x.xx.xx – Caixa e Equivalentes de Caixa em Moeda Nacional (F).

70. A equipe responsável pela prestação de contas anual de um Estado recebe demandas de informação de quatro interessados distintos:

- I. Uma associação de moradores que deseja saber se uma escola pública municipal melhorou os indicadores contábeis;
- II. Um banco de fomento que pretende avaliar a capacidade do estado de honrar parcelas de um financiamento;
- III. Uma agência de classificação de risco contratada por investidores institucionais; e
- IV. Um deputado estadual que utiliza os relatórios contábeis para acompanhar a execução das políticas públicas, representando os cidadãos.

Nessa situação, são considerados usuários primários dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG)

- (A) o banco de fomento e a agência de classificação de risco, uma vez que possuem prerrogativa de exigir relatórios específicos para atender às suas necessidades de informação.
- (B) os quatro interessados de forma indistinta, pois não há distinção entre os usuários da informação contábil no setor público.
- (C) a associação de moradores e o banco de fomento, por serem, respectivamente, usuária dos serviços públicos municipais e provedor voluntário de recursos financeiros à entidade.
- (D) a agência de classificação de risco e o banco de fomento, por serem entidades técnicas com maior capacidade de interpretar adequadamente as demonstrações contábeis.
- (E) a associação de moradores e o deputado estadual, pois representam, respectivamente, usuários dos serviços e o Poder Legislativo.

71. Durante a análise das demonstrações contábeis consolidadas de um Governo, referentes ao exercício de 2025, um auditor fiscal identificou as seguintes situações registradas em notas explicativas e em relatórios da Procuradoria-Geral do Estado, todas decorrentes de eventos passados:

- I. Ação trabalhista movida por ex-servidor, em que a probabilidade de perda foi classificada como provável pela Procuradoria, com estimativa confiável de desembolso de R\$ 500.000,00.
- II. Ação cível movida por terceiro contra o Estado, classificada como perda possível, no valor estimado de R\$ 200.000,00.
- III. Ação judicial movida pelo Estado contra fornecedor inadimplente, cuja entrada de recursos foi classificada pela Procuradoria como provável, no valor estimado de R\$ 433.000,00.
- IV. Obrigação de reparação ambiental imposta por legislação federal, decorrente de dano comprovadamente causado pelo Estado, com saída de recursos provável e estimativa confiável de R\$ 1.280.500,00.
- V. Ação cível movida por terceiro contra o Estado, classificada como perda remota, com estimativa de R\$ 333.000,00.
- VI. Obrigação pela qual o Estado é conjuntamente responsável com outro ente público, no valor total de R\$ 1.000.000,00, sendo a parcela atribuível ao Estado (R\$ 450.000,00) de saída provável e estimativa confiável, ao passo que se espera que a parcela remanescente (R\$ 550.000,00) seja liquidada pelo outro ente.

Nesse caso, as demonstrações contábeis evidenciarão

- (A) R\$ 2.780.500,00 de provisão, apenas.
- (B) R\$ 2.230.500,00 de provisão, apenas.
- (C) R\$ 1.797.500,00 de provisão, apenas.
- (D) R\$ 2.230.500,00 de provisão e R\$ 433.000,00 no ativo, apenas.
- (E) R\$ 2.430.500,00 de provisão e R\$ 433.000,00 no ativo, apenas.



72. Certa Câmara Municipal mantém sistema contábil próprio, distinto daquele utilizado pela Prefeitura Municipal do mesmo local para a execução orçamentária, financeira e patrimonial. Os vereadores justificam a manutenção do sistema próprio sob o argumento de que ele permite um controle de custos dos programas e das unidades administrativas da Casa Legislativa mais apurado do que aquele propiciado pela solução adotada pelo Poder Executivo Municipal.

À luz do Decreto nº 10.540/2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic), essa Câmara Municipal

- (A) está dispensada de utilizar o Siafic, em razão de sua autonomia administrativa e financeira, devendo apenas encaminhar mensalmente ao Poder Executivo as informações relativas à apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.
- (B) pode utilizar sistema contábil próprio ou aderir ao Siafic mantido pelo Poder Executivo, uma vez que esse sistema é gerenciado conjuntamente pelos Poderes Executivo e Legislativo, facultando-se a cada Poder a opção pela solução tecnológica que melhor evidencie os custos dos programas e das unidades administrativas.
- (C) deve manter o sistema contábil que apresentar o controle de custos mais apurado, prevalecendo, em caso de divergência com o Poder Executivo, a solução tecnológica que melhor evidenciar as informações relativas aos custos dos programas e das unidades administrativas.
- (D) pode manter sistema contábil próprio, desde que apresente, em notas explicativas aos seus demonstrativos, a justificativa técnica para a adoção de solução diversa daquela utilizada pelo Poder Executivo, em razão da maior acurácia do controle de custos.
- (E) deve utilizar o Siafic, solução de tecnologia da informação mantida e gerenciada pelo Poder Executivo, resguardada a sua autonomia, devendo o sistema permitir a evidenciação, no mínimo, das informações necessárias para subsidiar a apuração dos custos dos programas e das unidades da administração pública.

Auditoria

73. Uma firma de auditoria independente foi contratada para auditar as demonstrações contábeis de uma companhia industrial multinacional que, no exercício corrente, promoveu significativa expansão operacional, implantou novo sistema integrado de gestão empresarial (ERP), realizou aquisição de controlada no exterior e alterou processos relevantes relacionados aos controles internos e às divulgações financeiras.

Durante as atividades preliminares do trabalho, o sócio responsável reuniu-se com os membros-chave da equipe para discutir riscos de distorção relevantes, necessidade de especialistas, definição da estratégia global de auditoria e alocação de recursos em áreas de maior risco.

Considerando a NBC TA 300 (R1),

- (A) a definição da estratégia global de auditoria é responsabilidade exclusiva do auditor responsável pelo trabalho, sendo vedada a participação dos demais membros-chave da equipe da firma de auditoria.
- (B) o auditor não deve discutir aspectos do planejamento com a administração da entidade, pois isso compromete automaticamente a independência da auditoria.
- (C) o planejamento da auditoria constitui etapa isolada, e deve ser concluído antes da execução dos testes substantivos, não podendo ser alterado no decorrer dos trabalhos.
- (D) o principal objetivo do planejamento da auditoria é eliminar o risco inerente da entidade auditada, mediante definição prévia dos procedimentos substantivos.
- (E) o planejamento adequado auxilia o auditor na identificação tempestiva de problemas potenciais, na adequada alocação de recursos e na realização eficaz e eficiente da auditoria.

74. Uma indústria do setor químico foi submetida simultaneamente a diferentes procedimentos de verificação:

- I. Um profissional contratado pela administração da empresa avaliou os controles internos, os riscos operacionais e a aderência dos departamentos às políticas corporativas, elaborando recomendações de melhoria gerencial.
- II. Profissionais de uma firma (com registro na CVM e no CNAI) examinaram as demonstrações contábeis da companhia para emitir opinião independente acerca da adequação das demonstrações financeiras conforme as normas contábeis vigentes.
- III. Auditores vinculados à Secretaria da Fazenda de um Estado iniciaram procedimento de fiscalização para verificar a correta apuração e recolhimento do ICMS, mediante análise de NF-e, EFD ICMS/IPI e cruzamentos eletrônicos.
- IV. Um contador nomeado pelo juiz elaborou laudo técnico para apurar haveres societários e quantificar danos financeiros em processo judicial envolvendo os sócios da entidade.

As situações I, II, III e IV correspondem, respectivamente, a

- (A) auditoria independente, auditoria interna, perícia contábil e fiscalização financeira.
- (B) auditoria fiscal, auditoria operacional, auditoria independente e perícia administrativa.
- (C) auditoria governamental, auditoria fiscal, auditoria externa e consultoria contábil.
- (D) auditoria interna, auditoria independente, auditoria fiscal e perícia contábil.
- (E) perícia contábil, auditoria interna, auditoria governamental e auditoria operacional.



75. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma indústria sujeita à apuração do ICMS, o auditor independente selecionou amostra de notas fiscais eletrônicas de saída para verificar:
- a correta aplicação das alíquotas interestaduais;
 - a adequada escrituração na EFD ICMS/IPI;
 - e a consistência entre os documentos fiscais e os registros contábeis de receita.

Na definição dos testes, o auditor utilizou técnica de amostragem para examinar apenas parte da população de documentos fiscais, considerando o risco de distorção relevante associado às operações tributárias da entidade.

De acordo com a NBC TA 530,

- (A) a amostragem em auditoria exige necessariamente o uso de métodos estatísticos e seleção aleatória formal da amostra.
- (B) o risco de amostragem ocorre quando o auditor deixa de aplicar testes substantivos.
- (C) o risco de amostragem decorre exclusivamente da utilização inadequada de procedimentos substantivos pelo auditor.
- (D) o risco de amostragem corresponde ao risco de que a conclusão do auditor, obtida com base na amostra, seja diferente daquela que seria alcançada caso toda a população fosse submetida ao mesmo procedimento de auditoria.
- (E) a utilização de sistema ERP integrado elimina o risco de amostragem nos testes de auditoria relacionados ao ICMS.

76. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma empresa comercial atacadista, o auditor independente identificou diversos lançamentos manuais registrados nos últimos dias do exercício social, envolvendo contas de receita e provisões, sem documentação suporte adequada e aprovados diretamente pela diretoria financeira.

Ao ser questionada, a administração informou que os registros decorreram de “ajustes internos urgentes” para adequação dos resultados do exercício. Diante da situação, o auditor decidiu ampliar os testes sobre lançamentos contábeis de encerramento e reforçar a postura de ceticismo profissional da equipe de auditoria.

Considerando as disposições da NBC TA 240 (R1),

- (A) a responsabilidade primária pela prevenção e detecção de fraudes é da administração e dos responsáveis pela governança, cabendo ao auditor independente obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes decorrentes de fraude ou erro.
- (B) a identificação de lançamentos manuais incomuns próximos ao encerramento do exercício constitui evidência conclusiva e suficiente de fraude e exige emissão imediata de parecer adverso pelo auditor independente.
- (C) a principal responsabilidade pela prevenção e detecção de fraudes é do auditor independente, uma vez que ele possui competência técnica para identificar distorções relevantes.
- (D) a auditoria interna e o conselho fiscal assumem conjuntamente a responsabilidade primária pela prevenção e detecção de fraudes nas demonstrações contábeis.
- (E) o auditor independente somente deve investigar lançamentos contábeis de encerramento quando houver prévia confirmação documental de fraude praticada pela administração.

77. O estoque é um dos itens patrimoniais mais relevantes para as demonstrações contábeis de empresas comerciais.

E durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma empresa atacadista do setor de materiais de construção, o auditor identificou divergências relevantes entre:

- o inventário físico de mercadorias;
- os registros contábeis da conta Estoques;
- e as quantidades informadas na EFD ICMS/IPI.

Além disso, verificou-se a existência de mercadorias em trânsito, estoques armazenados em centros de distribuição de terceiros e notas fiscais de entrada emitidas antes do encerramento do exercício, mas ainda não registradas contabilmente na data-base.

Considerando os procedimentos de auditoria de estoque, bem como as disposições da NBC TA 501,

- (A) os registros fiscais da EFD ICMS/IPI possuem finalidade exclusivamente tributária e, portanto, não podem ser utilizados como evidência de auditoria acerca da movimentação de estoques.
- (B) a impossibilidade de acompanhamento da contagem física dos estoques autoriza automaticamente o auditor independente a emitir opinião sem ressalvas, sem necessidade se aplicar procedimentos alternativos ou de analisar controles internos documentados pela administração.
- (C) as divergências entre inventário físico e registros contábeis podem ser desconsideradas pelo auditor por normalmente não produzirem impacto nas demonstrações contábeis e no valor do ICMS apurado no período.
- (D) a existência de notas fiscais de entrada, emitidas antes do encerramento do exercício, ainda que não escrituradas tempestivamente, dispensa o auditor da realização de testes de corte e de procedimentos adicionais sobre mercadorias em trânsito.
- (E) o auditor deve procurar obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre a existência e as condições dos estoques, mediante avaliação dos controles relacionados à movimentação de mercadorias, acompanhamento da contagem física, execução de testes de contagem e reconciliação entre informações contábeis, fiscais e operacionais.



78. Após a conclusão da auditoria independente das demonstrações contábeis de uma sociedade anônima de grande porte, o auditor independente emitiu seu relatório sobre as demonstrações financeiras da companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/X1.

Posteriormente, no curso de procedimento de fiscalização tributária, um auditor fiscal da administração tributária analisou o relatório do auditor independente com o objetivo de avaliar:

- o grau de confiabilidade das informações contábeis utilizadas pela companhia na apuração de tributos;
- a existência de ressalvas, limitações de escopo ou incertezas relevantes;
- e eventuais indicativos de riscos fiscais relacionados ao ICMS e tributos sobre o consumo, em geral.

No relatório emitido, o auditor independente afirmou que obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente e concluiu que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.

À luz da NBC TA 700, a opinião expressa no relatório do auditor independente corresponde a

- (A) relatório com impossibilidade de auditoria, em razão da existência de procedimento fiscal instaurado pela administração tributária.
- (B) opinião não modificada, por ter o auditor concluído que as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- (C) opinião adversa, em razão da existência de fiscalização tributária sobre a companhia auditada.
- (D) abstenção de opinião, pois demonstrações contábeis utilizadas para fins tributários não permitem obtenção de segurança razoável.
- (E) opinião com ressalva, em razão da subjetividade inerente às estimativas utilizadas na apuração de tributos.

79. Durante a auditoria das demonstrações contábeis de uma empresa atacadista sujeita à apuração do ICMS, o auditor identificou que o mesmo colaborador (funcionário):

- realizava o cadastro tributário de produtos no ERP;
- definia o CST do ICMS nas notas fiscais eletrônicas;
- parametrizava regras fiscais no sistema;
- e efetuava a transmissão da EFD ICMS/IPI ao Fisco estadual.

Além disso, verificou-se ausência de revisão independente sobre as parametrizações fiscais e inexistência de monitoramento periódico dos controles relacionados às obrigações acessórias eletrônicas.

Considerando as disposições da NBC TA 315 (R2) acerca do entendimento do sistema de controles internos e da avaliação dos riscos de distorção relevante, a

- (A) utilização de sistema eletrônico de escrituração contábil integrada ao sistema de controle de contas a pagar e a receber elimina o risco de distorções relevantes relacionadas as compras, as vendas e a apuração do ICMS.
- (B) existência de controles fiscais e tributários informatizados dispensa o auditor da avaliação dos controles gerais de tecnologia da informação (TI).
- (C) deficiência na segregação de funções aumenta o risco de erros e fraudes, podendo comprometer a confiabilidade das informações fiscais, contábeis e dos controles relacionados as demonstrações contábeis e ao ICMS.
- (D) concentração de funções fiscais em um único colaborador caracteriza risco apenas à eficiência operacional, sem efeitos relevantes sobre a apuração dos tributos e as demonstrações contábeis.
- (E) identificação de deficiência de controle interno obriga o auditor a emitir de imediato, opinião adversa sobre as demonstrações contábeis e a concluir de que houve sonegação fiscal de ICMS.

80. Na auditoria das demonstrações contábeis de uma sociedade empresária, o auditor independente decidiu circularizar os principais clientes da entidade para confirmar diretamente os saldos das contas a receber registrados em 31/12/X1.

As respostas foram encaminhadas diretamente ao auditor por meio eletrônico, sem intermediação da administração da companhia.

À luz da NBC TA 500 (R1), NBC TA 505 e dos princípios relacionados à confiabilidade da evidência de auditoria,

- (A) a utilização de confirmação externa dispensa o auditor da aplicação de outros procedimentos substantivos sobre contas a receber.
- (B) a existência de auditoria interna na entidade impede a utilização de procedimentos de confirmação externa pelo auditor independente.
- (C) as confirmações externas normalmente fornecem evidência de auditoria mais confiável do que evidências obtidas exclusivamente de fontes internas da entidade.
- (D) as confirmações externas constituem evidência exclusivamente interna, pois se referem a informações originadas dos registros contábeis internos da entidade auditada.
- (E) a confirmação externa somente pode ser utilizada em auditorias governamentais, como, por exemplo, uma auditoria no âmbito de fiscalização de tributos, sendo incompatível com auditoria independente das demonstrações contábeis.